PAINEL ECONÔMICO

Dosando o dreno

Consultores concluíram que se o governo mantivesse o enxugamento de dinheiro anteriormente previsto, alguns bancos privados pendurados na assistência financeira de liquidez do BC não sobreviveriam no dia 17.

Saindo da UTI

O problema maior no sistema financeiro concentrava-se na área de crédito imobiliário e em instituições oficiais.

O BC começou a liberar um pouco de oxigênio para o setor.

Mostrando serviço

A Embratur multou a Nacional Turismo em Cr$ 40 mil e suspendeu sua classificação por 60 dias. A agência é acusada de descumprir acordos com usuários.

Agência nega

Rodolfo Maineri, presidente da Nacional Turismo, nega descumprimento contratual e diz que não precisa de registro da Embratur para trabalhar.

Ele acha que há uma "manobra política contra a agência".

No tanque

A Petrobrás garante que, mesmo na hipótese de uma greve, o abastecimento está assegurado.

Carro do vizinho

A Petrobrás pretende promover seminários e campanhas para incentivar a racionalização do uso de combustíveis, como a adoção do transporte solidário. Não seria um racionamento.

Longe da matriz

Os representantes do setor privado na comissão que vai propor a reformulação da matriz energética são um usineiro alagoano e um empresário gaúcho. Os usineiros paulistas estão sem grande prestígio junto ao governo.

Pela flexibilização

Os consumidores industriais de alumínio vão formar um "pool" para compra de alumínio primário, devendo iniciar contatos com fornecedores externos e internos.

Na ativa — 1

O sindicalista Luiz Antonio de Medeiros, que convalesce do pré-infarto no sítio da Federação dos Metalúrgicos em Bragança Paulista, muda de local no domingo.

Na ativa — 2

Medeiros vai para o sítio do sindicato em Mogi das Cruzes acompanhar a reunião de delegados sindicais de base que discutirá a campanha salarial de novembro.

Depois da privatização

A Vasp está anunciando aumento de capital social de Cr$ 3,3 bilhões.

À palmatória

Lawrence Pih, do Moinho Pacífico, duvida que o governo tenha disposição para sair da comercialização do trigo: "Critico o Collor, mas se isso acontecer, vou ter que aplaudir", diz.

Pela manutenção

Antenor Barros Leal, da Associação das Indústrias de Trigo, também não acredita na privatização da comercialização do trigo: "O governo está com 2,7 milhões de toneladas estocadas", diz.

Na mesma casa

A Swift-Armour está incorporando parcelas do patrimônio do Frigorífico Bordon.

Sem negócio

O Banco Multiplic sondou para um cliente estrangeiro a possibilidade de participação no capital da Companhia Internacional de Seguros, de Nagi Nahas. Os negócios não progrediram.

Duas versões — 1

A proposta da Petroquisa, de uma privatização em bloco, gerou dois tipos de interpretação: seria uma tentativa da burocracia de protelar a privatização ou uma manobra para facilitar a compra por um único grande grupo privado.

Duas versões — 2

"Mesmo se houvesse um conchavo, não há grupos com recursos para comprar sozinho 30% da Petroquisa", diz um técnico da estatal.

Fator novo

Os bancos oficiais lideravam as greves, por causa da garantia de estabilidade no emprego. As demissões ocorridas no setor público com o Plano Collor esvaziam o movimento.

Campanha dupla

A Fenaban anunciou anteontem reajuste conforme o banco de até 108% sobre os salários de março. O Bamerindus mais uma vez correu por fora e concedeu reajuste de 130,17%. Ou seja, 55% sobre os salários de março.

Abertura dos portos

Os portos privados querem ter liberdade para contratar mão-de-obra e prestar serviços para terceiros. O assunto será discutido em seminário no Hotel Glória, no Rio, no próximo dia 17.

Estranha exceção

Embora classificados como cruzados novos, os saldos do FGTS continuam recebendo 3% de juros ao ano. A regra geral para os cruzados retidos no BC é uma taxa de juros de 6% ao ano.

No martelo

Na execução movida pelo Banco Noroeste, vai a leilão uma residência luxuosa nos jardins, em São Paulo, avaliada em Cr$ 509 milhões, de propriedade de Nagi Nahas.

HOJE NA ECONOMIA

Receita Federal leiloa automóveis apreendidos

A Delegacia da Receita Federal em São Paulo realiza leilão para pessoas físicas de 18 lotes de veículos apreendidos, entre eles automóveis Voyage, Saveiro, BMW, Mercedes, jet skis e motocicletas. Às 10h, na av. Prestes Maia, 733, 2º andar.

Fenadi tem levantamento mensal sobre os aluguéis

Hubert Gebara, presidente da Federação Nacional das Associações das Administradoras de Imóveis e Condomínios (Fenadi), divulga a pesquisa mensal da entidade sobre o mercado de locações em SP. Às 14h30, na r. Sete de Abril, 264, 3º andar.

Abimaq realiza simpósio de tecnologia de qualidade

A Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq/Sindimaq) promove o 1º Simpósio de Tecnologia da Qualidade, Ensaio e Medição, que abordará diversos tópicos relativos ao tema. Das 8h às 17h, na av. Jabaquara, 2.925.

Price apresenta pesquisa de tendências econômicas

A Price Waterhouse divulga a pesquisa "Tendências Econômicas", realizada junto às 500 maiores empresas do país, com projeção de investimentos para o último quadrimestre de 90 e para 91. Às 14h30, na r. General Jardim, 36, 4º andar.

Siderúrgica de Tubarão divulga seus resultados

Diretores da Companhia Siderúrgica de Tubarão apresentam os resultados da empresa durante reunião com os analistas de mercado. Às 16h, na sede da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais-SP, r. São Bento, 545, 8º andar.

Senac faz fórum sobre a gestão no setor público

O deputado José Serra, e o empresário Emerson Kapaz, do PNBE, entre outros, participam do fórum de debates "Gestão no setor público: compromisso ou competência", promovido pelo Senac. Das 14h às 18h, no hotel Ca'D'Oro, na rua Augusta, 129.

O desafio dos bancos de investimento

MANOEL FELIX CINTRA NETO

O principal desafio dos bancos de investimento, pós Plano Brasil Novo, será buscar mecanismos que possibilitem o alongamento dos prazos das operações financeiras, permitindo suprir o setor produtivo de linhas compatíveis com o retorno de suas transações. Estamos convencidos da necessidade de criação em nosso país de um mercado de empréstimos de longo prazo, calcado em instrumentos de financiamento privado, que possibilite a retomada dos investimentos em nossa economia, ao tempo em que libere o setor público para a realização dos investimentos sociais de que tanto carecemos. Esta mudança dependerá, sobretudo, da confiança dos investidores na política governamental e no futuro da economia.

Se o programa econômico continuar a apresentar resultado favorável, como acreditamos, e a inflação for domada, as instituições financeiras em geral, e os bancos de investimento em particular, poderão reorientar seus esforços para o financiamento das atividades produtivas. A capacidade e criatividade do setor, desviadas para a busca de alternativas que garantissem a recomposição do capital frente à aceleradas desvalorização da moeda, seriam colocadas integralmente a serviço do crescimento econômico, indispensável à preservação de nossa paz social.

Uma visão em perspectiva mostra que o sistema financeiro foi profundamente impactado pelos problemas vividos pela economia brasileira na década de oitenta. Afinal, há doze anos esse mesmo sistema financeiro supria empréstimos habitacionais a prazos de quinze a vinte anos; operava com títulos públicos, as ORTN's, de cinco anos de prazo; repassava recursos externos e do BNDES, além das operações de "leasing" a sete anos ou mais; lançava Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Câmbio a prazos de 24 meses, financiava a compra de automóveis a 30 meses, a de caminhões a cinco anos. A pergunta a ser feita é: por que tudo isso mudou?

A necessidade crescente de financiamento do déficit público e do estoque da dívida interna engendrou uma transferência de poupanças do setor privado para o governo de algo em torno de 10% do PIB. A dimensão desse movimento, no que se refere aos bancos de investimento, se evidencia na evolução de suas principais operações. As operações de crédito dessas instituições, que representavam 75% de seu ativo consolidado no início da década, representam atualmente 31% e a captação de depósitos a prazo, que significava 50% do total do passivo, registra hoje cifra aproximada de 24%.

A economia brasileira, que sempre havia apresentado dificuldades em expandir o mercado de capitais e de empréstimos de longo prazo, assistiu nos anos 80 à consolidação da economia de curto prazo. Essa característica, que passou a determinar desde a gestão econômica do país, permanentemente voltada para os intensos problemas do dia-a-dia, até a administração das empresas, nas quais os projetos de expansão foram adiados ou eliminados, afetou profundamente os bancos de investimento. Como administradores de recursos de terceiros, os bancos de investimento são obrigados a compatibilizar suas operações ativas com as características de seu "funding", isto é, suas fontes de recursos.

O fundamental para que o setor financeiro retorne às funções que deve desempenhar numa economia de mercado, ou seja, o crédito às atividades produtivas, é que a inflação seja severamente contida. Até prova em contrário, o governo vem demonstrando obstinação na busca desse objetivo.

MANOEL FELIX CINTRA NETO, 41, é presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – Anbid– e diretor-geral do Banco Multiplic S.A.

Quando o barato sai caro demais

ODED GRAJEW

A formulação de uma política industrial deve passar por princípios éticos? Ou é válido pagar qualquer preço para, ao final do próximo triênio, nos tornarmos um país "moderno"?

Em nenhum momento os governos que se sucederam no Brasil nos últimos 15 anos questionaram se seria ético armar o Iraque. Hoje, por causa do aumento do preço do petróleo provocado pelo belicismo de Bagdá, o Brasil está pagando muito mais que os lucros auferidos com a exportação de armamentos para aquele país.

Portanto, considerações éticas também devem nortear a nova política industrial. Atualmente, um dos maiores fabricantes de brinquedos do mundo é a China comunista. Seus brinquedos são confeccionados em fábricas-dormitórios, onde meninas ganham de US$ 10 a US$ 30 por mês, trabalhando 14 horas por dia, sete dias por semana e 12 meses por ano. Estas fábricas não pagam IR, ICMS, Iapas, IPI e outros encargos. Importam suas matérias-primas com tratamento privilegiado. Em consequência, exportam brinquedos a preços altamente competitivos.

Seria ético comprar para nossas crianças brinquedos fabricados por crianças chineses em regime de semi-escravidão? Forçar a indústria nacional a este tipo de competição é o mesmo que jogar um domador amarrado à jaula dos leões. Sem igualdade de condições, uma maior exposição dos produtos nacionais aos importados não aumentará a competitividade de nossos produtos.

Caso a indústria nacional seja dizimada —como aconteceu na Argentina com a abrupta abertura às importações promovida pelo ministro Martinez de Hoz—, o consumidor ficará cativo dos produtos hoje baratos graças ao trabalho semi-escravo no Extremo Oriente. Entretanto, quando os trabalhadores da China, Tailândia e Singapura fizerem valer seus direitos sociais, os preços daqueles produtos adicionados ao frete deverão tornar sua importação ainda mais cara que o similar nacional. E este similar não existirá mais.

O setor de brinquedos é estratégico e não superficial. A importância do brinquedo na educação das crianças é hoje tema de congressos nacionais de pesquisadores promovidos pela Universidade de São Paulo, com a presença de pedagogos do exterior. Até que ponto estaremos importando valores culturais que não se coadunam com a educação que desejamos para nossas crianças se não fizermos a importação de brinquedos passar por um filtro ético?

O objetivo da nova política industrial deveria ser aumentar a oferta, a qualidade e a competitividade externa dos produtos fabricados no Brasil, através da calibragem de instrumentos creditícios, fiscais e aduaneiros. É o que fazem os países desenvolvidos. O Plano Bush, ao propor um mercado continental, não esconde o interesse de conseguir maior penetração para os produtos norte-americanos em nossos países.

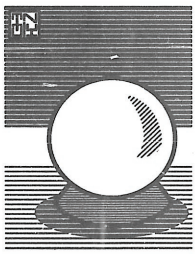
Um erro de planejamento na implantação da política industrial poderá custar caro. E os primeiros a pagar a conta serão os trabalhadores. Fábricas fechadas significam desemprego, diminuição do consumo e paralisação do ritmo de desenvolvimento econômico.

Por isso, espanta a passividade com que centrais e sindicatos de trabalhadores vêm tratando a política industrial proposta pelo governo. O momento de intervir e criticar é agora, do contrário será tarde demais.

ODED GRAJEW, 46, empresário, é presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq)

JOELMIR BETING

O segundo choque



Memória inflacionária, cultura inflacionista, reindexação voluntária. São causas esotéricas da teimosia dos índices de preços, que deram de oscilar entre 11% e 13% ao mês. O governo imaginava rebaixar a taxa de agosto para menos de 10%. Parece que não vai conseguir cravar essa estaca nem mesmo em setembro. A economia ainda sofre o impacto da liberação de preços em agosto, vulgo inflação corretiva. E ostenta os estragos psicológicos produzidos pela sinistrose energética do golfo Pérsico. Um processo importado alegremente pela Petrobrás e no momento mais delicado do programa de estabilização: o dos primeiros sinais de reversão das expectativas pessimistas.

Para recapturar o controle da inflação, o governo passa a jogar pesado na área monetária. O enxugamento da liquidez financeira pode chegar, ainda em setembro, a Cr$ 950 bilhões. Sem contar o dreno natural da alta dos juros reais: empresas e pessoas devem deslocar suas poupanças do consumo e da produção para os títulos em banco. Aplicadores em CDB já estão obtendo remuneração de 50% ao ano, mais correção, para títulos pós-fixados de 60 dias.

Fazendo cruzeiros

O novo choque monetário, o maior desde o bloqueio de março, atua sobre o fluxo e não sobre o estoque da liquidez. A menos que se queira entender como retenção de estoque a elevação da base de cálculo para o recolhimento compulsório de depósitos bancários.

O aperto de setembro consulta a ortodoxia monetarista: sem crédito para giro, produção, investimento ou mesmo pagamento de impostos e salários, as empresas terão de capturar cruzeiros no balcão. Ou seja: parando de aumentar preços para aumentar vendas.

Cartilha rasgada

A tática do "stop and go" monetarista exige uma sintonia microscópica. O aperto monetário deve ser suficientemente forte para desacelerar a inflação e suficientemente brando para não aprofundar a recessão.

No caso brasileiro, a operação costuma tropeçar num aleijão do mercado: agentes econômicos de todos os tamanhos e alojados em todos os setores teimam em remarcas preços na queda das vendas. Eles buscam recuperar na unidade do produto o que imaginam perder no volume da produção. A teoria econômica que se dane.

REFLEXÃO DO DIA

"O que sempre faz do Estado um inferno é exatamente a tentativa de fazê-lo um paraíso."

De Thomas Hodgskin (1787-1869), filósofo inglês.

A pista lá fora

Economistas do Fórum dos Empresários devem revisitar Argentina, Bolívia, Chile e Peru —um ano depois da primeira investigação sobre o curso da hiperinflação sul-americana. Antonio Carlos Borges, Antonio Lanzana e Marcel Solimeo devem preparar novo relatório sobre o que aconteceu nos últimos 12 meses em cada um desses países: do sucesso chileno à tragédia peruana, passando pelo ajuste boliviano e pela incerteza argentina.

Orloff é outro

Para Antonio Carlos Borges, o "efeito Orloff" Argentina-Brasil trocou de mão: o governo Menem, com 14 meses no trono, passa a copiar o governo Collor, seis meses de vida. Os argentinos estão partindo para a ortodoxia monetarista, para o ajuste fiscal, para a privatização, para a abertura econômica por dentro e para fora. De janeiro a agosto, inflação de 976% no Brasil e de 944% na Argentina.

Peru no caos

No Chile, o governo democrático mantém o programa de estabilização de Pinochet. Inflação de 4,5% em agosto, mas com recessão. O Peru continua no pior dos mundos: inflação de 397% em agosto. A maior do mundo. O novo governo ainda está perdido.

SECOS & MOLHADOS

1. Com juros no achive, o "black" não tem como escapar do declive. De janeiro a agosto, para um IPC de 976%, o paralelo deu 198%.

2. A ciranda financeira também não vai ter saudade de 1990: rentabilidade de overnight, em oito meses, não passou de 458%.

3. Igualmente sitiadas pela nova escalada dos juros, as Bolsas de Valores acumulam no ano variação de 257% em São Paulo e 269% no Rio.

4. Iniciados os estudos (jurídicos) para o desmonte da isonomia salarial no setor público. Forma sibilina de indexação.

5. Bancários em pé de greve brigam por reposição salarial e por garantia de emprego. O novo aperto monetário pode descartar pessoal.

6. Dos 710 mil bancários, filiados a 203 sindicatos, nada menos de 480 mil estão sob o guarda-chuva da CUT. Ou sete em cada dez.

7. As mulheres continuam abrindo espaço na categoria: 46 em cada cem bancários. Na média, ganham 28% menos do que os homens.

8. O Programa de Capacitação Tecnológica será anunciado hoje. Cada cruzeiro reaplicado em pesquisa vai ganhar um cruzeiro de crédito oficial.

9. Os ramos industriais a serem beneficiados pelo programa serão classificados pelo novo Conselho Superior de Política Industrial.

10. O Itamaraty faz hora extra na linha do discurso que o presidente Collor fará dia 22, em Nova York, na abertura da Assembléia Geral da ONU.